

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Termo: DECISÓRIO
Feito: RECURSO ADMINISTRATIVO
Referência: PROCESSO LICITATÓRIO N. 62/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023
Recorrentes: CENTOFANTE ENGENHARIA / PÓRTICO ENGENHARIA E CONSULTORIA
Razões: CONTRA DECISÃO QUE HABILITOU GEOVIAS ENGENHARIA
Recorrida: PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
Contrarrazões: GEOVIAS ENGENHARIA
Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA DE INTERSEÇÃO NA RODOVIA BR 282 NAS PROXIMIDADES DO KM 531 E DE PROLONGAMENTO DA RUA LUDOVICO J. TOZZO (MARGINAL DA BR 282) INTERLIGANDO COM A RUA DANIEL GIACOMIN.

I - Relatório

Trata-se de recursos apresentados pelos licitantes CENTOFANTE ENGENHARIA e PÓRTICO ENGENHARIA E CONSULTORIA, nos quais se insurgem contrariamente à decisão da pregoeira do Município de Cordilheira Alta que deliberou pela habilitação do licitante GEOVIAS ENGENHARIA no certame em epígrafe.

Sustentam que o atestado de capacidade técnica apresentado por GEOVIAS ENGENHARIA não supre o requisito de habilitação previsto no item 6.2, 'a', do edital, bem como há a certidão de registro do profissional responsável técnico junto ao CREA/CAU, na forma do item 6.2, 'd', do edital.

Pleiteiam, ao final, a inabilitação do licitante GEOVIAS ENGENHARIA.

Eis o relatório, passo a decidir.

II - Decisão

A qualificação técnica tem o desígnio de aferir a aptidão técnica do licitante, de sorte a trazer segurança à Administração de que ele possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre o vencedor do certame.

Nessa seara, Joel de Menezes Niebuhr leciona que *a Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo* (NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, p. 233).

Dentre os documentos arrolados taxativamente pela Lei de Licitações para cobrar dos licitantes para fins de qualificação técnica, existem os atestados de capacidade técnica, que estão previstos no art. 30, II e § 1º, I, da Lei n. 8.666.

Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir a expertise necessária.

Marçal Justen Filho enaltece a relevância do atestado ao discorrer que *em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás, até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente* (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 332).

A interpretação do art. 30 no que concerne aos atestados deve ser cautelosa e primar pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que o licitante possui condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor do certame.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação.

A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração – a perfeita execução do objeto da licitação –, de maneira a buscar, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

A própria Constituição da República assevera no inciso XXI do art. 37 que somente serão permitidas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por todas essas razões, não resta dúvida que os agentes públicos deverão atuar ao examinar os atestados com esteio nos princípios administrativos, dentre eles o da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e, em especial, do formalismo moderado.

Por essa razão, não se devem excluir quaisquer licitantes por equívocos ou erros formais atinentes à apresentação do atestado, até porque *o processo licitatório não é uma verdadeira gincana ou comédia* (Benoit).

Ao se prescrever que a licitação é um processo administrativo formal nos termos do art. 4º da Lei n. 8.666/1993, não significa formalismo excessivo e nem informalismo, e sim um formalismo moderado.

Segundo Hely Lopes Meirelles, *a orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar* (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 2. Ed. São Paulo: RT, 1985, p. 122).

Nessa mesma linha de afastar possíveis formalismos excessivos nos atestados, o TCU tem posicionamento sólido e inclusive determina que havendo qualquer dúvida nos atestados é poder/dever de a Administração Pública realizar a competente diligência:

(Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 74 do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 2003/2011-Plenário, TC-008.284/2005-9, Rel. Min. Augusto Nardes, 03.08.2011). *Recomendação a uma prefeitura municipal para que qualifique, em procedimentos licitatórios com recursos federais, as exigências formais menos relevantes à consecução do objeto licitado, estabelecendo nos editais medidas alternativas em caso de descumprimento dessas exigências por parte dos licitantes, objetivando evitar a desclassificação das propostas, visando a atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame* (TCU, item 9.6.1, TC-002.147/2011-4, Acórdão nº 11.907/2011-Segunda Câmara).

Nessa direção, o STJ tem decidido favoravelmente ao formalismo moderado, de sorte a evitar excessos, conforme ementa a seguir:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA E VENTILAÇÃO DOMICILIAR PARA PACIENTES NO ESTADO DE SANTA CATARINA. COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA LICITANTE VENCEDORA. NÃO EXIBIÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL DEVIDAMENTE AUTENTICADO. COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS. POSSIBILIDADE. EQUIPAMENTOS INDICADOS PELA PRIMEIRA COLOCADA NO CERTAME PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS LICITADOS. INCOMPATIBILIDADE TÉCNICA COM AS ESPECIFICAÇÕES EDITALÍCIAS DOS OBJETOS LICITADOS. OCORRÊNCIA. (STJ, RMS n. 62.150/SC, rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, j. 8/6/2021, DJe 21/6/2021).

Com efeito, se houver alguma dúvida sobre o atestado, cabe ao agente público buscar a verdade material mediante a realização de diligências, na forma da decisão abaixo, na qual o TCU determinou ao pregoeiro a realização de diligência para esclarecer as informações contidas nos atestados de capacidade técnica:

Licitação sob a modalidade pregão: As informações demandadas nos atestados a serem apresentados por licitantes, para o fim de comprovação de capacidade técnica, devem ser dotadas de clareza, sendo que, no caso de dúvidas, cabe ao gestor público valer-se da faculdade contida no § 3º art. 43 da Lei 8.666/1993, promovendo diligências, para saneamento dos fatos, se necessário (Acórdão nº 2521/2003-Plenário).

Esse também é o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EFEITO SUSPENSIVO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE PENDENTE. SÚMULAS 634 E 635 DO STF. EXCEPCIONALIDADE. FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA PRESENTES. (...) 7. Adequado, em face das peculiaridades do caso, prestigiar a competência da Comissão de Licitação, que pode promover "diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo" (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993), dispositivo legal prequestionado e suscitado no Recurso Especial (fumus boni iuris). 8. Quanto ao periculum in mora, é incontroverso que a requerente presta serviços de locação de 622 veículos ao Município, e que o contrato firmado em 12.5.2010 foi declarado nulo em 11.5.2011, por conta do acórdão recorrido. Adicionalmente, relevante a iminente ampliação da despesa pública municipal, em R\$ 283.244,00 mensais, para a prestação do mesmo serviço. 9. Agravo Regimental provido (STJ), AgRg na MC 18.046/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 28/06/2011, DJe 02/08/2011).

Portanto, a exigência e a demonstração de capacidade técnica por meio dos atestados têm o escopo de resguardar a Administração Pública de que o licitante possui expertise e aptidão técnica para a execução do objeto licitado, caso ele seja o vencedor do certame e venha a ser contratado.

Nesse diapasão, os documentos apresentados deverão ser apreciados e interpretados sempre preconizando a teleologia, para a consecução do interesse público.

Verifica-se dos autos que o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa GEOVIAS ENGENHARIA supre a exigência do edital. Ele, em que pese não estar em perfeita similitude ao objeto licitado, se somado aos demais elementos dos autos, a exemplo do termo inicial de registro do licitante junto ao CREA/SC (ocorrido há cerca de doze anos), é suficientemente capaz de comprovar a expertise e aptidão técnica do licitante para a execução do contrato.

Esse também é o caso da certidão de registro do profissional responsável técnico junto ao CREA/CAU, uma vez que tal informação pode ser aferida pela certidão de registro da pessoa jurídica GEOVIAS ENGENHARIA junto a essas

entidades (item 4), na qual consta o nome dos respectivos responsáveis técnicos, que inclusive são os sócios proprietários do licitante.

Assim, as informações faltantes foram supridas por outros documentos constates nos autos, os quais são suficientes para formar a convicção desta Administração quanto à aptidão técnica do respectivo licitante.

Em situação análoga, este foi o entendimento exarado pelo TCU:

*É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, **quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante** e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame (Informativo de Licitações e Contratos nº 252/2015).*

De mais a mais, a recorrida, nas contrarrazões, apontou certa incongruência no sistema BLL no ato de anexação dos documentos – as quais inclusive foram assentidas mediante certidão pela respectiva plataforma –, bem como apresentou outros atestados de capacidade técnica, de modo a justificar o equívoco na apresentação dos atestados e solidificar seu portfólio técnico/operacional nos autos.

Em análise aos documentos apresentados, o órgão técnico municipal assim se manifestou:

Verificando a documentação apresentada pela empresa vencedora do certame, bem como os recursos e contrarrazões juntados ao processo, pode-se observar que o atestado de capacidade técnica anexado inicialmente ao sistema pela empresa Geovias é compatível em características e áreas de atuação com PARTE dos serviços descritos no termo de referência, mais especificamente com os serviços relacionados a área de licenciamento ambiental. Já o atestado de capacidade técnico apresentado anexo ao arquivo de contrarrazões é compatível com os demais serviços descritos no termo de referência (parte civil) (Valdemar Martins, Engenheiro Civil, Crea/ SC 132308-7).

Quanto à juntada de novos documentos, é bom recordar que recentemente o TCU passou a admitir tal hipótese desde que ela venha a atestar condição pré-existente do licitante, primando pelo formalismo moderado, conforme Acórdão n. 1211/2021 - Plenário:

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para

sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Desse modo, a negativa de acolhimento do recurso é a medida de rigor, mantendo-se incólume a decisão da pregoeira.

III - Conclusão

Ante o exposto, decido pelo conhecimento dos recursos apresentados pelos licitantes CENTOFANTE ENGENHARIA e PÓRTICO ENGENHARIA E CONSULTORIA, haja vista o cumprimento integral dos requisitos de admissibilidade, para, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO.**

Intimem-se.

Cordilheira Alta/SC, 27 de junho de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal